



***A Percepção sobre o Trabalho Infantil na Sociedade Brasileira:
primeiros resultados da Pesquisa de Opinião IBOPE 2004/2006***

Rosa Ribeiro*

Outubro de 2006



FNPETI

Fórum Nacional de Prevenção
e Erradicação do Trabalho Infantil

*** Socióloga, Dra em Ciências Humanas e Sociais e Pesquisadora do IBGE, Consultora da OIT e ANDI.**

Introdução

A exploração do trabalho infantil, tanto no Brasil, como em diversos outros países do mundo é uma questão de grande preocupação no mundo contemporâneo. Retirar da infância a possibilidade de usufruir plenamente desse período da vida, momento em que deve ter disponibilidade para realizar atividades que permitam seu pleno desenvolvimento biológico e emocional, tais como estudar e brincar, é algo hoje considerado extremamente nocivo, não só para as próprias crianças e adolescentes, como também para o futuro de seus países. Assim, em várias instâncias da sociedade se organizam e desenvolvem programas e ações voltados para a conscientização dos problemas relacionados ao trabalho precoce e sua erradicação. Nessa tarefa estão envolvidos governos, organizações internacionais, organizações não governamentais, empresas privadas, igrejas e entidades da sociedade civil, para os quais as informações sobre o que pensa a população brasileira sobre a questão são de grande importância.

Objetivos

Pretende-se, nesse documento, fazer uma primeira apresentação dos resultados de pesquisa realizada pelo IBOPE, sobre a percepção da sociedade brasileira a respeito do trabalho infantil, no período 2004/2006. Conhecer e interpretar as principais informações obtidas por essa pesquisa possibilitará que aqueles que trabalham com essa questão no país possam ter uma visão mais clara e abrangente da opinião da população sobre ela e dessa forma, direcionar sua ação.

Metodologia

Para chegar aos resultados que serão aqui apresentados, foi realizada uma pesquisa de opinião sobre o trabalho infantil com a população de 16 anos e mais em todo o país, em dois momentos do tempo, setembro de 2004 e março de 2006. As pessoas entrevistadas foram selecionadas através de uma amostra representativa, proporcional à população de cada unidade da federação. Tanto em 2004, quanto em 2006, foram realizadas 2002 entrevistas, distribuídas em 140 e 144 municípios,

respectivamente. As entrevistas foram realizadas por uma equipe do IBOPE Opinião, treinada para abordagem desse tipo de público e, o controle de qualidade da pesquisa foi feito com uma amostra de 20% dos questionários respondidos.

Os dados obtidos apresentam um intervalo de confiança de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

O perfil da população entrevistada

Antes de entrar na apresentação dos principais resultados da pesquisa é interessante ter uma idéia de como se caracteriza a população pesquisada segundo as oito variáveis selecionadas previamente para controle das respostas a todas as perguntas do questionário. Tais variáveis dão conta de três dimensões principais dessa população: i) sua caracterização demográfica: sexo e idade; ii) sua caracterização sócio-econômica: nível de instrução, renda familiar e classe social e, iii) sua distribuição espacial: região de residência, condição e porte do município, este último avaliado pelo número de eleitores. Uma vez que a população entrevistada representa uma amostra significativa do conjunto da população brasileira de 16 anos e mais, ela espelha as características gerais dessa população. Assim, a distribuição das pessoas entrevistadas, segundo essas mesmas variáveis, constitui um quadro de referência fundamental para a interpretação dos resultados da pesquisa.

Segundo a *perspectiva demográfica*, os dados mostram inicialmente, que:

i) a população pesquisada se divide de forma bastante equilibrada entre os sexos, com uma leve predominância de mulheres 52% . No que diz respeito à idade, pouco mais da metade dos entrevistados, 54%, era formada por pessoas na faixa de 25 a 49 anos. O restante da população se dividia, em proporções semelhantes, entre as faixas de 16 e 24 anos, os jovens, e os mais velhos, 50 anos ou mais.

No que diz respeito à *dimensão sócio-econômica* encontramos uma população:

- i) com baixo nível de escolaridade, uma vez que 60% dela tinham até a 8ª série do ensino fundamental e,
- ii) com baixo nível de rendimento familiar mensal, cerca de 80% delas viviam com até 5 salários mínimos, sendo que 47%, aproximadamente, com até 2 salários mínimos. Considerando-se que o tamanho médio da família no

Brasil era de 3,2 pessoas, em 2005, conclui-se que a grande maioria das pessoas vivia com menos de 2 salários mínimos per capita. Os dados por classe corroboram as informações sobre rendimentos, mostrando que cerca de metade da população, 50,3%, em 2004 e 46,3%, em 2006, faziam parte da classe D/E¹.

Do ponto de vista da *distribuição espacial* vê-se que:

- i) a maior parte das pessoas vivia em duas das grandes regiões brasileiras: o Sudeste e o Nordeste, aproximadamente 45% e 27% da população total, respectivamente, indicando que quase três quartos da população se concentrava nessas duas regiões;
- ii) cerca de 60% residiam em municípios considerados do interior, ou seja, que não eram da capital do estado e nem faziam parte de regiões metropolitanas e,
- iii) a maioria da população entrevistada, 55%, em 2006, era de habitantes de municípios com mais de 100 mil eleitores.

O perfil da população entrevistada não teve alterações significativas entre os dois anos que separaram as duas rodadas da pesquisa.

Como a população recebeu informações sobre a questão do trabalho infantil no Brasil

Em 2003, a OIT iniciou no Brasil, no âmbito do IPEC - Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil e, com o apoio de o compromisso de entidades governamentais brasileiras, um Programa de Duração Determinada (PDD), cuja principal estratégia é a integração e coordenação de políticas e projetos para a prevenção e erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil. A execução desse programa se faz através de Programas de Ação de alcance nacional, nas áreas de Comunicação, Educação, Mobilização Social e Estudos Legislativos. Assim, vêm sendo feitos esforços para promover o interesse dos diferentes meios de comunicação na divulgação de notícias e campanhas relacionadas ao tema do trabalho infantil especialmente quanto às suas piores formas.

Na pesquisa de opinião sobre a percepção da população brasileira sobre essa questão, realizada pelo IBOPE, em setembro de 2006, foi colocada uma pergunta cujo objetivo era saber se, nos últimos três anos, as pessoas tinham visto ou ouvido notícias sobre o trabalho infantil e, através de que meios de comunicação. Os resultados,

apresentados nos gráficos 1 e 2, mostram que uma proporção bastante elevada dos entrevistados, 78,6%, viu ou ouviu alguma notícia a respeito desse tema e, que tais notícias chegaram até eles principalmente através da televisão, como indicam 73,9% das respostas. Os jornais impressos aparecem como o segundo veículo mais importante na divulgação de informações sobre o trabalho infantil mas foram apontados por um número bem mais baixo de respostas, apenas 21,8%.

Gráfico 6. Proporção de pessoas segundo a indicação da responsabilidade por não permitir o trabalho infantil

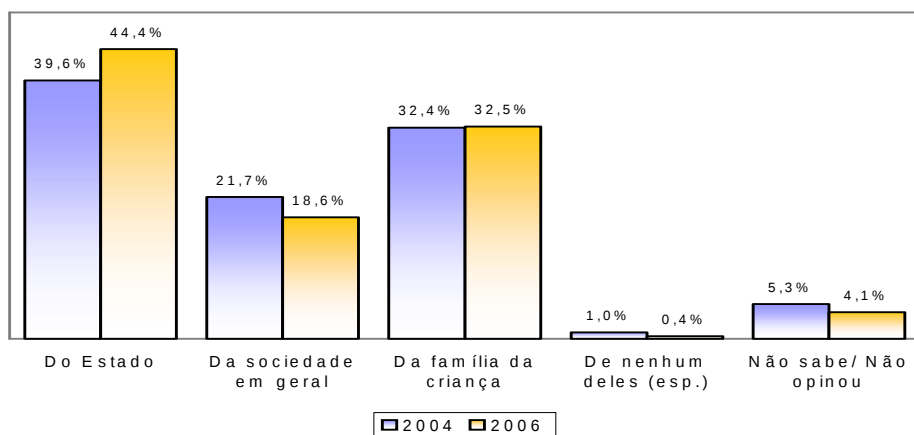
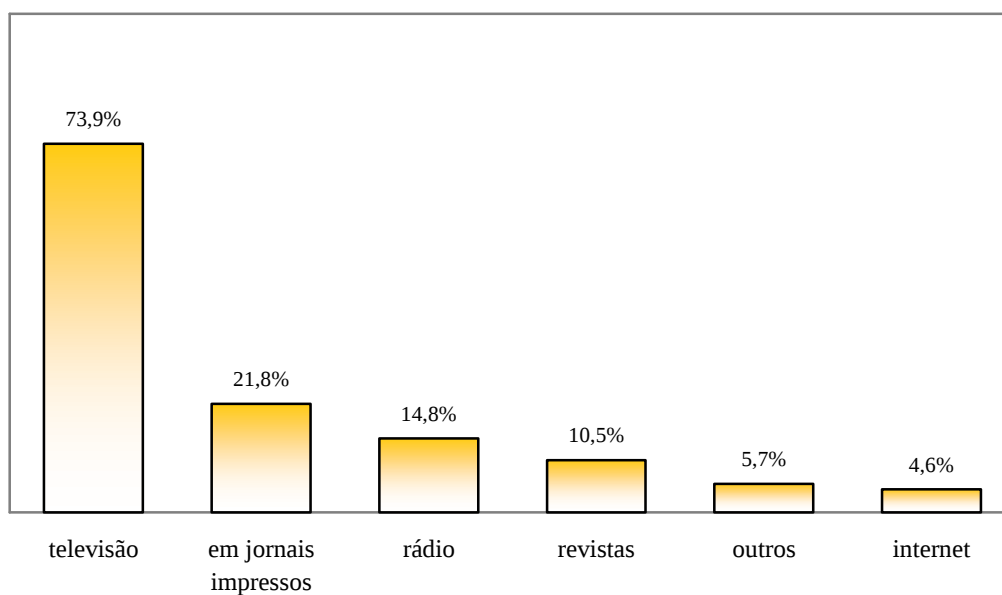


Gráfico 2. Meios de comunicação através dos quais as pessoas viram/ouviram notícias sobre o trabalho infantil

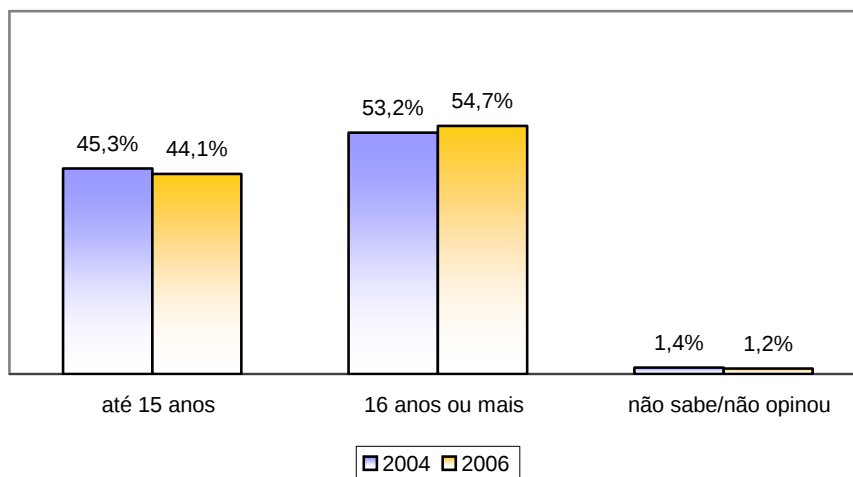


O que pensa a população brasileira a respeito do trabalho infantil?

Respostas a pelo menos três perguntas da pesquisa realizada revelam que, tanto em 2004, quanto em 2006, a população brasileira tinha uma visão bastante crítica em relação ao trabalho infantil.

Questionada sobre qual a idade mais adequada para que uma pessoa começasse a trabalhar, pouco mais da metade dos entrevistados, 54,7%, em 2006, e, 53,2%, em 2004, respondeu que deveria ser a partir de 16 anos, ou seja, a idade prevista na legislação brasileira desde a Constituição 1988, para a entrada no mercado de trabalho.

Gráfico3. Proporção de pessoas segundo a idade adequada para trabalhar



Quatro variáveis tinham um efeito muito significativo na variação da opinião da população entrevistada quanto ao melhor momento para início do trabalho: a idade, o nível de escolaridade, a renda familiar e o fato de residir em um município que fosse capital de estado. Assim, verifica-se que, tanto em 2004, quanto em 2006, essa opinião era mais forte:

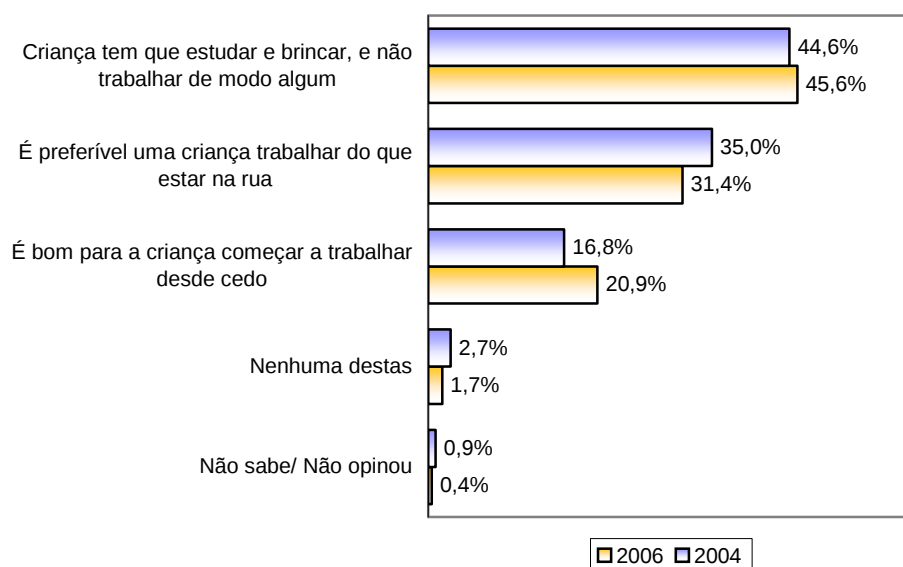
- i) no grupo mais jovem, 16 a 24 anos, com 68,6% e 77,3% das respostas, respectivamente para cada um dos momentos da pesquisa;
- ii) entre as pessoas com nível superior, 66,7%, em 2004, e 75,7% em 2006 e,
- iii) entre as pessoas com rendimento familiar de mais de 10 salários mínimos, que também apresentaram percentuais de resposta bem mais elevados do que a média, 63,1%, em 2004, e, 65,2%, em 2006, naquele mesmo sentido.

iv) entre as pessoas residentes em municípios capitais de estado, 63,1%, em 2004, e, 65,2%, em 2006.

É interessante observar, também, que foi, tanto no grupo mais jovem, quanto entre as pessoas de escolaridade mais alta, que, o percentual de entrevistados com essa opinião mais aumentou no período 2004/2006, o que poderia indicar que seriam esses os grupos os que teriam absorvido melhor as informações veiculadas pelas campanhas de conscientização a respeito do trabalho infantil.

A avaliação de que as pessoas só devem começar a trabalhar a partir dos 16 anos de idade é corroborada, em uma segunda pergunta da pesquisa, na qual se pede para que o entrevistado escolha a que mais reflete sua opinião sobre o trabalho infantil. Entre as três frases apresentadas, aquela que teve o maior percentual de respostas, em torno de 45%, nos dois momentos da pesquisa, foi “*Criança tem que estudar e brincar, e não trabalhar de modo algum*”.

Gráfico 4. Proporção de pessoas segundo a opinião sobre o trabalho infantil



Mais uma vez, como já observado em relação à pergunta anterior, as variáveis responsáveis pelas maiores diferenças de resposta foram as mesmas, indicando maior clareza quanto à condição e às necessidades das crianças por parte dos grupos mais jovens, mais instruídos e mais ricos. Essa posição mais esclarecida das pessoas mais instruídas e mais ricas, a respeito do trabalho infantil, estaria, por um lado, relacionada a um maior grau de conhecimento das necessidades da infância, e, por outro, revelaria

também uma concepção social e cultural do que é a infância bastante diferenciada entre classes sociais.

No caso da variação por idade, quanto à concordância em relação a essa frase, podemos pensar que os mais jovens, entre 16 e 24 anos, tenderiam a se sensibilizar mais com a situação das crianças que trabalham, não só por sua proximidade com uma fase da vida que teriam deixado há pouco, mas também devido a uma posição mais crítica frente a realidade social. Já, as respostas das pessoas de mais idade, 50 anos e mais, que em sua maioria, 61,2%, em 2004, e 62,7% em 2006, achavam que a idade ideal para começar a trabalhar é antes dos 16 anos, estariam refletindo, não só menos informação sobre as conseqüências negativas do trabalho precoce, como também uma visão mais conservadora e, possivelmente, idealizada a respeito desse trabalho.

Finalmente, o fato de que a grande maioria da população brasileira, 85,1%, em 2004 e, 84,2%, em 2006, concorde com a afirmação de que “*as pessoas que utilizam mão de obra infantil, expondo a criança a riscos deveriam ir para a cadeia*”, embora tenha que ser visto com certa cautela, uma vez que é resultado de uma pergunta com forte conotação propositiva, o que poderia levar a uma indução de resposta, ainda assim, mereceria ser visto, como uma outra medida de avaliação da rejeição ao trabalho infantil.

Em que situações o trabalho infantil é tolerado

Uma situação leva uma parcela dos entrevistados a se posicionarem favoravelmente ao trabalho infantil. Para quase um terço da população, 31,4%, em 2006, ainda é preferível a criança trabalhar a estar na rua (Gráfico 4). Embora não seja explícita na pesquisa, essa alternativa como mostram estudos sobre o tema constituiria uma opção para afastar as crianças e adolescentes dos chamados perigos da rua: contatos com más companhias, risco de se envolver com drogas, brigas e outros tipos de problema. A tendência a pensar dessa forma é mais presente nos grupos da população menos instruídos e com menor renda familiar, justamente aqueles nos quais as crianças estariam mais sujeitas a viver tal situação, seja pelo fato de não estudar ou porque o número de horas de permanência na escola é pequeno.

Em 2006, encontramos com essa postura 33,4% da população com renda familiar até 1 salário mínimo e 33,9% com até a 4ª série do ensino fundamental,

enquanto, apenas 18% das pessoas com renda familiar de mais de 10 salários mínimos e 23,8% das pessoas com nível superior pensavam da mesma forma.

Tinham também uma posição mais favorável ao trabalho, enquanto opção para não estar na rua, 37,1% da população residente em municípios pequenos, com até 20 mil eleitores, a população residente no Nordeste, 36,3%, e a população residente nos municípios do interior, isto é que não eram capitais ou faziam parte das regiões metropolitanas. Isso parece se relacionar ao fato de serem populações com menos opções no que se refere à escola para suas crianças e adolescentes, bem como com posturas mais tradicionais em relação ao trabalho infantil. Nessas áreas, as crianças e os adolescentes trabalham com frequência em estabelecimentos na área rural. Na região Nordeste, por exemplo, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para 2004, mostram que 75% das crianças ocupadas de 5 a 9 anos estavam no trabalho agrícola, assim como 64,6% daquelas que tinham entre 10 e 15 anos.

A população mais velha, com sua postura mais conservadora em relação ao trabalho infantil, também mostrou uma tendência a ter maior percentual de pessoas que achavam que era melhor a criança trabalhar do que estar na rua, 35,2%, enquanto, o grupo mais novo, 16 a 24 anos, apresentava a proporção mais baixa, 29,9% . Entre as pessoas com mais de 50 anos a opção, *“é preferível uma criança trabalhar do que estar na rua”* tinha maior percentual de aprovação que a opção *“criança tem que estudar e brincar e não trabalhar de modo algum”*.

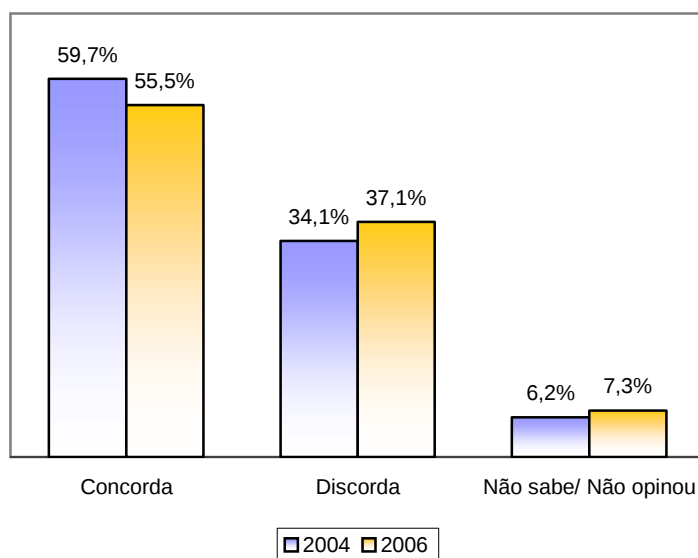
O medo do contato com as drogas e a crença de que o trabalho possa ser uma proteção para o adolescente é uma idéia bastante difundida entre os entrevistados, o que pode ser visto pelo elevado percentual de concordância, em torno de 89%, com a frase *“um adolescente que trabalha tem menos chance de se envolver com drogas”* nos dois anos da pesquisa. Não foram observadas variações significativas quanto à aceitação dessa frase entre os diferentes grupos definidos a partir das variáveis de controle, o que mostra sua importância no pensamento da população brasileira. Pode-se pensar, assim, que essa visão explicaria, em boa parte, a escolha da opção comentada anteriormente: *“é preferível trabalhar que, ficar na rua”* por um número expressivo de pessoas.

Consequências do trabalho infantil para o país.

Mais da metade da população, 55,5 %, em 2006, concordou com a frase: "*o trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país*" (Gráfico 5). Essa seria a razão de caráter mais geral, apontada pela pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE, para não aprovar a entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho antes de 16 anos completos.

Novamente se confirma o que foi observado anteriormente em relação à atitude contrária ao trabalho infantil. As pessoas mais jovens, mais instruídas, com maior renda e residentes nas capitais têm uma visão mais clara das consequências negativas que esse trabalho traz para a economia do país e para as condições de vida de sua população. Esse era, em 2006, o pensamento de 60% ou mais da população de 16 a 24 anos, com ensino médio ou superior, com renda superior a 10 salários mínimos e residentes nas capitais. Em contrapartida, menos da metade da população de 50 anos ou mais, com até a 4ª série do ensino fundamental, com até 1 salário mínimo de renda familiar e, residentes em municípios com até 20 mil habitantes pensavam da mesma forma.

Gráfico 5. Opinião das pessoas (%) sobre a frase: o trabalho infantil gera pobreza, desemprego e é prejudicial para a economia do país



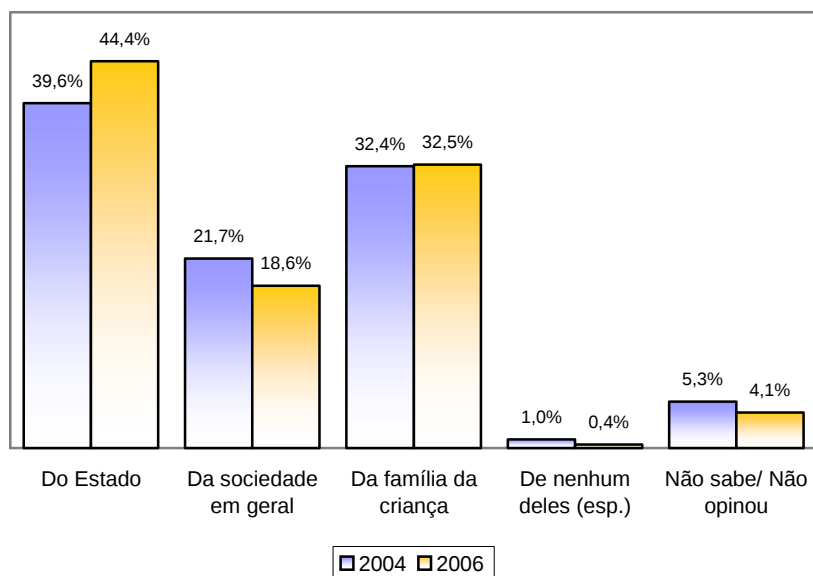
De quem é a responsabilidade por não permitir o trabalho infantil no Brasil.

A maior parte da população, 39,6%, no momento inicial da pesquisa, e 44,4%, no final, apontou o Estado como o maior responsável por não permitir o trabalho infantil no país. Em segundo lugar, aparecia a família, com pouco mais de 32% das respostas em ambos os períodos (Gráfico 6). Essas duas alternativas correspondem a perspectivas bastante distintas de ver a questão. A primeira indica que o controle sobre o trabalho infantil deve ser feito na esfera pública e a segunda o coloca nas mãos da família, ou seja, na esfera totalmente privada.

Se, em 2006, em todos os grupos da população, a responsabilidade do Estado pelo trabalho infantil era destacada por um maior percentual de respostas em todos os segmentos da sociedade, isso não ocorria em 2004. Alguns grupos como as mulheres, as pessoas menos instruídas e com menor rendimento familiar, as residentes nos municípios menores, na periferia das regiões metropolitanas e na região Nordeste se dividiam entre o Estado ou a família como os principais responsáveis pela questão do trabalho infantil.

Para alguns grupos, no entanto, a segunda opção quanto à responsabilidade pelo trabalho infantil, ainda estaria na esfera pública, embora não apenas na dependência do Estado, mas da sociedade em geral. A indicação dessa opção, como a segunda mais importante, aparecia, tanto em 2004, quanto em 2006, entre as pessoas de nível superior, 37,1% e 32,7% respectivamente. Nota-se assim que a escolaridade elevada, melhores níveis de renda e de condições de vida levam as pessoas a verem o trabalho infantil mais como uma questão social do que uma opção da família.

Gráfico 6. Proporção de pessoas segundo a indicação da responsabilidade por não permitir o trabalho infantil



A pergunta a respeito da responsabilidade sobre o trabalho infantil é uma das poucas perguntas, ao longo da pesquisa, em que se observou uma diferenciação de resposta por sexo. Em 2004, homens e mulheres diferiam bastante em relação a essa opinião. Os homens, em 46 % dos casos apontavam o Estado como principal responsável, enquanto as mulheres se dividiam entre o Estado, 37,5% das respostas, e a família, 36,6%, o que indicava que estas tinham uma tendência a ter uma visão mais particularista da questão. Essa diferença, no entanto, diminuiu, em 2006, com uma mudança maior na perspectiva das mulheres, que passaram em 44,7% dos casos a ver o trabalho de crianças e adolescentes como responsabilidade do Estado, aproximando-as um pouco mais dos homens, para os quais o percentual de respostas foi de 50,6%.

Outros grupos da população apresentaram mudanças significativas de opinião em relação a essa questão, passando a atribuí-la mais à responsabilidade do Estado. Entre estes destacamos as pessoas com mais de 50 anos; as que residiam nas regiões Nordeste e Sudeste; as que tinham escolaridade mais baixa, ou seja, até a 4ª série do ensino fundamental; as que residiam em municípios da periferia das regiões metropolitanas; as que residiam em municípios pequenos, até 20 mil habitantes; as que tinham renda superior a 10 salários mínimos e as que faziam parte das classes A/B e C. O resultado dessas mudanças que ocorreram, embora em graus diferenciados, na maioria dos segmentos da sociedade, foi um aumento da percepção da responsabilidade do Estado em relação à questão do cumprimento da legislação referente ao trabalho infantil.

Conclusões

Essa primeira análise dos resultados da pesquisa Opinião IBOPE nos deu informações importantes sobre percepção da população brasileira a respeito do trabalho infantil. Boa parte da população viu ou ouviu notícias sobre a questão e, o meio de comunicação mais importante na disseminação de informações foi a televisão. Os dados revelam que parte expressiva da sociedade é contra o trabalho infantil, e tem consciência das consequências negativas que ele traz para a economia do país. No entanto, ainda alguns de seus setores, provavelmente, por falta de melhores alternativas acha que é preferível a criança trabalhar que ficar na rua. Foi visto também, que o trabalho do adolescente é considerado um meio para afastá-lo das drogas. A maior responsabilidade pelo cumprimento da legislação, não permitindo que crianças e adolescentes trabalhem é, segundo os entrevistados, do Estado, mas cerca de um terço da população pensa ainda, que é da família.

A polarização das visões sobre o trabalho infantil foi perceptível e colocou de um lado, com uma perspectiva mais avançada sobre a questão, os setores da população mais jovens, mais instruídos, mais ricos e com residência nas capitais do país, e de outro, com uma visão mais tradicional, os mais velhos, mais pobres e menos instruídos.

¹ Nas pesquisas realizadas pelo IBOPE é adotado o critério de Classificação Econômica Brasil definido pela ABEP – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, que através dele estima o poder de compra das pessoas e famílias urbanas. Para isso, atribui um certo número de pontos a cada um dos seguintes itens: grau de instrução do chefe da família, presença de empregada doméstica mensalista, número de banheiros, posse e número de automóveis e eletrodomésticos de diferentes tipos.